**Seminário – Evolução e Futuro da Lei de Finanças das Regiões Autónomas**

Ponta Delgada, 21 de fevereiro de 2022

Intervenção Presidente do Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira – Dr. Ivo Correia

Esta iniciativa deverá ser vista como um *starting point* para a discussão conjunta entre as regiões autónomas sobre a sua autonomia e lei das finanças das regiões autónomas, sendo certo que, é mais o que nos une do que nos divide.

Felicito desde já o CESA por esta iniciativa e convite para aqui estar, pois os conselhos económicos e sociais servem mesmo para aconselhar, criar consensos e promover o diálogo numa base suprapartidária.

As ilhas acrescentam muito ao país, e não podem ser classificadas e tratadas conforme os interesses políticos que prevalecem no governo nacional.

Neste sentido, é necessário a criação de uma unidade da Madeira e dos Açores, no sentido de existir um alinhamento que possa, junto do governo central, fazer a defesa adequada das nossas insularidades. Daí que destacaria quatro características, poderiam ser muitas outras, que deverão estar presentes nesta nossa discussão:

1. Unidade - entre as várias ilhas e entre as regiões autónomas da Madeira e dos Açores;
2. Isenção política - autonomia e independência das decisões relacionadas com as regiões e os ilhéus e os seus meios de governo próprios;
3. Transparência - numa lei das finanças das regiões autónomas que permita saber com o que se pode contar (orçamentar) e ter condições suficientes para um planeamento adequado ao desenvolvimento sem existir condicionalismos constantes pelo centralismo; existir regras claras e justas às ilhas.
4. Cooperação autonómica - A Madeira tomou já a iniciativa, na sua Assembleia, onde identificou as suas necessidades relativamente à revisão desta lei. Uma revisão que partiu de uma base alargada de entendimento entre várias forças políticas no Parlamento madeirense. Agora é a vez do Parlamento Açoreano identificar as necessidades especificas e inerentes às suas nove ilhas. Esta poderá ser uma "base de trabalho" para um entendimento e alinhamento comum entre as ilhas, que complementada com as especificidades de cada região, sirva para a criação de um diploma conjunto.

A urgência e a necessidade desta revisão são importantes para as regiões em si, mas sobretudo pela realidade económica que se vive e viverá nos próximos anos. Precisamos de nos entender, combater e esbater aqueles que achem que nos dividindo ganham.

Pois tendo em conta o contexto pós-pandémico atual, Portugal e as regiões têm uma oportunidade que não podem desperdiçar - o Plano de Recuperação e Resiliência. A necessidade de ter agilidade e capacidade de atuação é imperiosa para uma boa execução do PRR. Daí que este é o momento para as duas regiões pensarem no que tem de ser feito, com os olhos postos no futuro e não no passado, procurando em conjunto construir o futuro, e constituírem uma frente comum aos oposicionistas à autonomia e nos assuntos que dizem respeito às ilhas. É uma luta certa que resistiremos mais unidos do que divididos.

Devemos ser capazes de atingir os nossos interesses individuais enquanto ilhas e regiões autónomas, mas também os coletivos enquanto ilhas e dentro dos princípios constitucionais já consagrados e não cumpridos, para a passagem para um quadro de estabilidade, igualdade, justiça e transparência.

Os desafios são grandes em tantas áreas como no emprego, educação, qualificação, inovação e desenvolvimento no geral. É por isso que devemos procurar ter uma política fiscal que nos permita enquanto regiões poder atenuar algumas particularidades da insularidade, como a falta de médicos em determinadas ilhas, e ou de atrair e incentivar maiores níveis de investigação e desenvolvimento nas empresas, através da fixação de cientistas e investigadores.

Temos, por isso, que ter uma lei de finanças das regiões autónomas que nos permita executar todos os fundos comunitários disponíveis neste período. Sendo Portugal um dos países mais pobres da União Europeia é fundamental não perdermos esta oportunidade para reduzir o gap para os países mais avançados.

Uma coisa não nos podemos esquecer - As regiões ficaram muito mais a ganhar com a autonomia, nos cerca de 40 anos de democracia, do que sem ela. Existiu maior desenvolvimento e maior qualidade de vida para os ilhéus que durante os 500 anos de centralismo.

Este é o maior incentivo para todos nós, em procurarmos uma base de entendimento e um consenso entre as nossas diferenças e particularidades, apostados numa Lei de Finanças Regionais, que aporte maior valor acrescentado a cada região e que lhe permita ajustar às novas realidades e sobretudo necessidades sentidas, nesta relação entre o Estado e as suas Regiões Autónomas. Precisamos de uma Lei de Finanças Regionais, mais madura, mais justa, mais solidária, mais igualitária e sobretudo que cumpra os princípios constitucionais consagradas na Constituição portuguesa.